

## **Terceiro Setor e mudança sociocultural: uma questão ainda em aberto<sup>1</sup>**

Maria Luiza Martins de Mendonça<sup>2</sup>

Resumo: Este trabalho é resultado de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida com Organizações Não-Governamentais (ONGs) no estado de Goiás, buscando identificar o espaço que ocupam na sociedade brasileira, as formas mais significativas de atuação, as maneiras como utilizam a comunicação como possibilidade de transformação cultural e de possibilitar a constituição de subjetividade, e qual vem sendo sua contribuição para a democratização das relações sociais.

Palavras-chave: Terceiro Setor; comunicação; transformação social.

### **I - Introdução – Relatos de viagem**

Esse texto é fruto de um trabalho de pesquisa que está em curso há aproximadamente cinco anos e que trata, prioritariamente, de investigar os processos comunicativos que vêm sendo utilizados por Organizações Não-Governamentais – ONGs<sup>3</sup> – atuantes em diferentes esferas sociais e culturais sediadas em Goiânia. O crescimento dessas organizações em termos econômicos, na diversidade das áreas de atuação, na visibilidade e em seu poder de penetração capilar na sociedade tem trazido à tona a necessidade de melhor compreender o processo sócio-histórico que possibilitou sua atual configuração e avaliar o seu potencial transformador.

Nas investigações empreendidas, a opção foi por não trabalhar com entidades beneficentes, mas com aquelas que, ao menos na esfera da retórica (explicitada nos documentos formais e legais) se propunham a atuar para modificar, em algum nível, as relações entre os indivíduos, entre os grupos sociais ou mesmo tentar articular transformações sociais mais abrangentes. A idéia central foi, durante todo esse tempo, investigar os meios e as formas de comunicação mais utilizadas e identificar aqueles mais significativos para provocar modificações nas subjetividades, visto que um dos principais

---

<sup>1</sup> Trabalho a ser apresentado no XXVIII Congresso da Intercom, no Núcleo Comunicação para Cidadania.

<sup>2</sup> Doutora em comunicação e professora adjunta da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Pesquisa temas relacionados à comunicação, cultura e subjetividade. E-mail: ma.luisa@terra.com.br.

<sup>3</sup> A preferência pela utilização do termo ONG a OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público), denominação criada a partir da lei sancionada em 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que regulamente as atividades dessas organizações “sem fins lucrativos”, deve-se ao fato de elas mesmas usarem o termo ONGs, e não OSCIPs, quando se auto-referem.

objetivos era conhecer quais as formas de comunicar são mais adequadas para provocar mudanças culturais mais profundas e efetivas – ou mesmo aquilo que se pode chamar de mudança subjetiva – em suas diferentes manifestações concretas, sejam elas na forma de comportamentos, hábitos, idéias ou atitudes.

Nesse percurso, a pesquisa se voltou principalmente para associações que se dedicam ao meio ambiente, a idosos, a crianças de rua, mulheres e questões de gênero e, de forma menos intensa, com associações que possuem outros interesses<sup>4</sup>. Essa convivência permitiu conhecer um pouco mais de perto o universo dessas instituições e das populações por elas atendidas, além de ter trazido inquietações de ordem intelectual que demandaram um esforço teórico mais efetivo para dar conta de visualizar o fenômeno de forma mais abrangente, menos fragmentada, o que implicou também a tentativa de compreender a inserção desses novos atores sociais no conjunto da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar se procurou compreender os contextos global e local que propiciaram que essa antiga maneira de associação adquirisse novos formatos com vistas a intervenções diferenciadas nas sociedades em que se inserem. Entende-se, aqui, que o seu desenvolvimento só pode ser avaliado a partir de uma perspectiva histórica que contemple também os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade. São as formas particulares de articulação desses diferentes campos, com suas estratégias, alianças, seus capitais (a referência, aqui, se aplica tanto ao capital econômico em sentido estrito como ao capital cultural, por exemplo) que vão possibilitar a manutenção ou o surgimento e/ou deslocamento das hegemonias e demarcar os caminhos possíveis de serem trilhados. Suas estratégias de atuação e o decorrente espaço que passam a ocupar na esfera pública – em termos quantitativos e qualitativos –, suas possibilidades e impedimentos são mais bem compreendidos a partir de uma perspectiva que considere a arena em que acontecem os embates sociais mais distante do território político formal e cada vez mais localizada em outros campos diversos do território político formal, especificamente no campo da cultura e da circulação de sentidos.

---

<sup>4</sup> Algumas instituições em que a pesquisa foi realizada:: Fundação Pró-Cerrado (meio ambiente e educação de menores carentes) Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (crianças em situação de rua), Grupo Transas do Corpo (gênero), ARCA (meio ambiente), CEVAM (Centro de valorização da mulher), IBRACE (Instituto Brasil Central – meio ambiente), IFAS (Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural “Sebastião Rosa da Paz”), Grupo de prevenção ao uso indevido de drogas “Gente Livre” e outras mais.

Os estudos sobre as minorias sociais, étnicas, culturais, que proliferaram na segunda metade do século passado, contribuíram, no plano teórico, para o deslocamento de questões relativas ao exercício de direitos e a construção da cidadania da luta estritamente política para a esfera da cultura e da comunicação. Essa passagem coloca os processos simbólicos no centro mesmo dos embates, uma vez que se compreendeu que as lutas contra as desigualdades e pelos direitos são um processo que não se encerra quando certos direitos formais são obtidos, nem quando é assegurado o acesso a certos tipos de bens e serviços. Assim o campo simbólico, no qual circulam os discursos que constroem a subjetividade, é também o campo no qual se desenrola uma disputa de sentidos que é parte da luta política e de um processo cultural e histórico para a fixação dos sentidos em uma coletividade. Torna-se perceptível a importância de se contrapor, à subjetividade modelada pelos padrões mercantis da mídia e de outras instituições sociais autoritárias, a existência de possibilidades de liberdade e autonomia aos sujeitos individuais e coletivos, bem como a capacidade de refletir sobre a própria inserção no mundo e de se sentir responsável pela condução de seu devir histórico<sup>5</sup>. A capacidade de articular discursos encontra-se no centro do processo de construção de subjetividades e apresenta-se, então, como um problema central para as organizações e movimentos sociais.

Dessa maneira, o interesse em avaliar as formas de comunicação utilizadas pelas organizações pesquisadas deve-se à consideração de que esta seria um bom indicativo para se identificar a sua capacidade de fazer circular significados novos ou contra-hegemônicos. A perspectiva teórica adotada nesse momento da investigação parte do princípio que a comunicação, tanto a comunicação interpessoal como a comunicação que se utiliza dos meios massivos, é um elemento fundamental nas lutas simbólicas e na disputa pela hegemonia.

Para avaliar esses procedimentos, recorreu-se ao instrumental metodológico fornecido pela Análise do Discurso que, ao conceber os discursos sociais como atualizações possíveis de sentidos, sua relação intrínseca com o lugar social que produtores e receptores de sentido ocupam num dado momento, e ao indicar a possibilidade teórica de surgimento, resignificação e/ou sedimentação de novos sentidos permite que as potencialidades polissêmicas presentes nas falas sociais sejam reconhecidas pelo investigador.

---

<sup>5</sup> Essa relação entre subjetividade e auto-reflexividade e responsabilidade é abordada por Boaventura Sousa Santos, em *Pela mão de Alice*.

## II - Fragmentação e reorganização do espaço público

As grandes transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas causaram impactos expressivos nas formas institucionalizadas e tradicionais que assumiam as lutas sociais e políticas travadas, nas sociedades, na disputa por maior participação na distribuição do resultado da produção econômica. Elas provocaram o deslocamento das demandas sociais, dos grandes sujeitos coletivos (sindicatos, partidos políticos) para novas formas associativas de organização e encaminhamento das mais diversas demandas sociais, colocando em cena novos atores coletivos. As lutas políticas por transformações sociais radicais e globais, cedem espaço e ganham corpo as disputas setoriais, num indicativo de que as conquistas parciais e mesmo os ganhos simbólicos são tão importantes quando a satisfação das privações materiais. As organizações do Terceiro Setor representam, nesse novo cenário, um papel importante para a delimitação e encaminhamento das diversas demandas, em especial aquelas relacionadas às desigualdades resultantes das diferenças.

Essas organizações teriam como características essenciais o fato de pertencer à categoria das instituições “sem fins lucrativos”, basear-se no trabalho voluntário, voltar-se a causas coletivas. De acordo com uma definição mais formal, “o terceiro setor ou setor não-lucrativo é definido como formado por (a) organizações que (b) são sem fins lucrativos e que, por lei ou costume, não distribuem qualquer excedente que possa ser gerado para seus donos ou controladores; (c) são institucionalmente separadas do governo; (d) são autogeridas; e (e) não-compulsórias”.<sup>6</sup>

A denominação Organização Não-Governamental (ONG) entretanto, parece ter sido mais identificada com as organizações voltadas para o desenvolvimento e defesa de direitos, para a promoção do meio ambiente e para o desenvolvimento rural, perspectivas de atuação em que as ONGs se enquadram e que perfazem um pequeno grupo de organizações dentro do universo associativo brasileiro. Essa denominação permitiu a criação de um diferencial simbólico que as afastasse do amplo universo das entidades

---

<sup>6</sup> Essa conceituação encontra-se no *site* [www.mapadoterceirosetor.com.br](http://www.mapadoterceirosetor.com.br). É baseada no “Manual do Terceiro Setor no Sistema de Contas Nacionais” (Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts) recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para ser aplicado pelos 180 países membros e permitir a inclusão do terceiro setor no mapa econômico.

dedicadas à caridade e a filantropia (embora essas instituições façam parte do Terceiro Setor como um todo)<sup>7</sup>.

No Brasil, o processo de redemocratização da sociedade brasileira, a experiência da “abertura democrática” a partir da década de 1980, e com mais vigor na década de 1990, abriu espaço para a eclosão de diversos movimentos sociais e de ações coletivas que tentavam se organizar fora do controle do Estado ou do mercado. A atuação dessas organizações foi saudada com otimismo por aqueles que percebiam, em seu desenvolvimento, um alargamento da esfera pública e o renascimento da discussão sobre questões políticas, sociais e culturais na ressurgente sociedade civil brasileira, configurando um Terceiro Setor que indicava, em sua denominação mesma, o distanciamento das lógicas e das regras tanto do Estado quanto do mercado, delimitando um espaço de participação em que o sentido de pertencimento, de cidadania, de exercício de direitos e deveres estivesse presente de forma decisiva.

Essas associações e organizações representaram (e ainda representam em alguma medida) um papel relevante na construção de noções de cidadania, de direitos sociais e cumpriram uma importante função histórica nas lutas sociais material e simbólica pois, além das conquistas materiais, buscavam também a modificação de valores e crenças.

Esta busca de transformações na percepção e na concepção de mundo e da sociedade esteve presente na forma como se organizavam e encaminhavam as demandas sociais, com atuações quase sempre bastante comprometidas com procedimentos democráticos e que, além disso, procuravam um enraizamento no cotidiano das comunidades em que se inseriam. As ONGs e os movimentos sociais, se considerados pela vertente “militante”<sup>8</sup> representaram um momento especial de articulação em favor de conquistas sociais materiais e simbólicas. Para Maria da Glória Gohn, militantes eram as ONGs que fundamentavam suas ações

---

<sup>7</sup> Essa é mais uma indicação de que os números referentes ao terceiro setor devem ser analisados com cuidado. De acordo com dados obtidos no *site* da Abong, “o conjunto das associações e fundações brasileiras é formado por milhares de organizações muito pequenas e por uma minoria que concentra a maior parte dos/as empregados/as das organizações. Pesquisa realizado pelo IPEA/IBGE em 2002 indica a existência de 276.000 instituições, mas nesse universo cabem todas aquelas que se intitulam “sem fins lucrativos”. Incluem-se nessa categoria desde associações “beneficentes e assistenciais”, “recreativas e esportivas” até as “culturais, científicas e educacionais” (museus, bibliotecas etc.). Cerca de 77% delas não têm sequer um/a empregado/a e, por outro lado, cerca de 2.500 entidades (1% do total) absorvem quase um milhão de trabalhadores/as. Esse pequeno universo é formado por grandes hospitais e universidades pretensamente sem fins lucrativos, na sua maioria, e entidades filantrópicas (portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que possibilita a isenção da cota patronal, devida em razão da contratação de funcionários e prestadores de serviços)”. [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br).

<sup>8</sup> Gohn, M.G. Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo, p.62.

“na conquista de diversos direitos, lutaram pela igualdade com justiça social, ajudaram a criar o discurso da participação popular como uma necessidade e um componente da democracia, Suas características eram similares aos movimentos populares: enraizamento na sociedade, participação mística estimulada por ícones emblemáticos, crítica e rebeldia...pouca interlocução com órgãos públicos ....e o uso recorrente a práticas de desobediência civil...”

Essas organizações desempenharam um importante papel ao colocar na agenda pública temas novos ou mesmo velhos temas sob uma nova abordagem, um novo foco.

O crescimento verificado dos anos 1990 em diante veio acompanhado de alterações significativas cujas origens se localizam, entre outros fatores, nos termos de financiamento pelo setor público e por organismos internacionais. Estes, cada vez mais, atrelam a liberação de recursos à existência de projetos específicos, cujos resultados possam ser avaliados e mensurados e essas novas exigências vão se refletir nas formas de atuação. No plano político, por exemplo, a introdução do modelo do “estado mínimo” abriu espaço para que organizações da sociedade civil passassem a atuar em certas áreas e regiões, a executar tarefas que anteriormente eram de responsabilidade do poder público. Nestes casos, de forma geral, as organizações receberam de organismos e fundações internacionais, mediante a apresentação de projetos específicos de intervenção social, verbas suficientes para fazer crescer o setor. Surgiu daí o que se critica como uma verdadeira “cultura de projetos”, isto é, a necessidade de projetos que apresentem detalhes do emprego do dinheiro recebido, e possam ter sua eficiência medida com base em resultados quantitativos. Ao contrário das “militantes” Gohn identifica estas organizações como “propositivas”, cuja intervenção na realidade é mais pontual e delimitada, diferentes das “militantes”, que mantêm uma vinculação ideológica mais forte e cujos objetivos e compromissos são mais relacionados com a mudança de valores e de padrões culturais.

### III - Em busca de uma “tipificação”

Uma das primeiras constatações da pesquisa foi a de que não se pode falar ONGs ou em um Terceiro Setor como se fosse uma realidade homogênea: as dessemelhanças são imensas e as desigualdades também, assim como os objetivos, as propostas e as formas de operar. Encontra-se desde a maior sofisticação em termos formais e administrativos (Fundação Pró-Cerrado, por exemplo), até a maior penúria e escassez de recursos que estava levando o MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) a desativar sua atuação em Goiânia por absoluta falta de condições financeiras, humanas etc.

Em relação à forma de atuação e ao “estilo administrativo”, podem ser percebidos ao menos três vertentes mais facilmente identificáveis:

Uma das tendências é a que considera o terceiro setor apenas como mais uma esfera de atividades – diferenciadas, é verdade – no bojo da sociedade capitalista. Consideram-se, na verdade, instituições mais eficazes do que o Estado para gerenciar problemas sociais de origens diversas. Inserem-se nesse contexto as grandes fundações, instituições educacionais, culturais e de assistência à saúde, geralmente ligadas a grandes empresas privadas. Esse tipo de empreendimento não foi, em momento algum, objeto das pesquisas realizadas, embora no universo analisado tenham sido encontradas organizações que se encaminham para essa formatação – mesmo sem que isso seja assumido explicitamente.

No outro extremo do espectro, e talvez a mais importante do ponto de vista do desenvolvimento de uma esfera pública preocupada com os diversos problemas que as coletividades enfrentam e com os possíveis desdobramentos em políticas públicas inclusivas – meio ambiente, saúde pública, minorias de gênero, etnias etc. –, estão situadas as organizações mais estreitamente vinculadas aos movimentos sociais e comprometidas com as diferentes formas de organização popular. O que faz a diferença aqui, entre uma vertente e outra não é exatamente a causa a que se dedicam, mas a maneira como o fazem. São as que se identificam com a vertente “militante”, pois vivenciam uma relação de muita proximidade com a comunidade em que se inserem e a concepção de intervenção social que adotam incluem compromissos de ordem político-ideológica explicitados com graus variáveis de clareza. Essa tendência parece estar experimentando um refluxo, não apenas por conta de uma certa despolitização social e de um certo desencanto generalizado em

relação a propostas de transformações sociais mais radicais, mas, sobretudo, porque a sua possibilidade de atuação se vê reduzida a partir do momento em que as verbas tornam-se escassas e as fontes de financiamento – as grandes fundações internacionais e instituições globais – exigem a apresentação de resultados palpáveis e quantitativamente mensuráveis para a avaliação das ações empreendidas. Como agravante, a concentração das atividades sobre o trabalho voluntário, aliada à penúria financeira em que se encontra grande parte dessas organizações, traz problemas graves para a sua própria intervenção social. No que diz respeito ao trabalho do voluntário, muitas vezes o seu perfil é inadequado para as atividades que se propõe a executar e apenas a boa vontade, a solidariedade e o compromisso com a causa, ainda que necessários, parecem ser insuficientes para superar as dificuldades que amadorismo e o despreparo técnico dos indivíduos traz para a instituição.

Uma outra tendência aponta para um ativismo social de resultados, mais preocupado em resolver, de forma mais concreta e imediata, determinados problemas concernentes a segmentos sociais específicos. Nesse caso encontram-se as instituições que representam demandas de determinados segmentos sociais e atuam no sentido de gerar de políticas públicas que assegurem a proteção legal esses grupos, ou mesmo aquelas que representam interesses coletivos expressos em demandas pontuais. São organizações que possuem um perfil administrativo e gestor mais afinados com as exigências de um “mercado social”. As estratégias administrativas encontradas se espelham em modelos de gestão cujos princípios e conceitos fundamentais são importações mal adaptadas feitas diretamente dos manuais da administração de empresas privadas – e incluem-se aí as estratégias adotadas pelo marketing e pelo marketing social e cultural, muito recomendados por administradores e gestores do Terceiro Setor – e a intervenção social acontece por meio de “projetos”, gerando o fenômeno da “cultura de projetos”, já mencionada e criticada por Gohn. Quando se trata de mudar concepções políticas, culturais ou de transformar subjetividades essas práticas revelam-se conceitualmente inadequadas.

Em pesquisas realizadas anteriormente, inclusive com resultados parciais já apresentados nesse mesmo Núcleo, verificou-se que, na perspectiva adotada por esse segmento, o compromisso com mudanças na esfera social ou cultural não representa, necessariamente, nenhuma transformação política de maior profundidade. O conceito de



ativismo cidadão está presente de forma reduzida, como se a discussão de formas alternativas de coleta de lixo, por exemplo, fosse expressão do mais completo exercício de cidadania, palavra cada vez mais gasta e que parece significar cada vez menos. Apesar de não se poder considerar essas estratégias de gestão um mal em si mesmas, em especial por se revelarem suficientemente satisfatórias para atender aos objetivos pontuais dessas instituições, seu aspecto mais criticável reside antes na desistência de um modelo de intervenção – pautado pela mobilização social e pela transformação cultural – em favor da obtenção de resultados palpáveis em termos de adoção de novos comportamentos. Assim, em muitos casos parece ter havido uma mudança de enfoque: ao invés de propiciar a articulação dos discursos próprios das comunidades, por meio de práticas que estimulam a reflexão e a capacidade de intervir socialmente, as novas ONGs tratam, em grande medida, de ensinar práticas e discursos, exercendo uma ação educativa sobre as populações atendidas e/ou de falar em seu nome e de suas necessidades para um público mais amplo.

Ainda que oficialmente não tenha sido divulgada nenhuma pesquisa exaustiva nesse campo, as investigações realizadas nessa pesquisa autorizam a apontar essa última vertente como aquela que mais cresce no setor<sup>9</sup>. Essa constatação provoca o questionamento sobre a forma de situar o debate sobre o chamado Terceiro Setor, em particular sobre a atuação das ONGs, dentro do contexto mais abrangente da sociedade brasileira.

#### **IV – A crítica radical**

A princípio percebidas como possibilidade de alargamento da esfera pública e facilitadoras da intervenção cidadã nas questões de interesse coletivo, a direção que tomou o desenvolvimento das ONGs e sua capacidade de intervenção na sociedade brasileira,

---

<sup>9</sup> Para se avaliar o crescimento do setor como um todo, dados divulgados no *site* da Abong (Associação brasileira de ONGs) essas organizações tiveram um crescimento grande na última década, tendo triplicado seu número entre 1996 e 2002. Em seis anos passaram de pouco mais de 2.800 organizações para aproximadamente 8.600. Dados mais específicos sobre orientações para administração e gestão de organizações não-governamentais, coletados em *sites* dedicados ao Terceiro Setor em 2002 e revistos este ano (maio de 2005), apontam para um aprofundamento dessa visão empresarial da administração de organizações não-governamentais. Assim como os cursos e palestras oferecidos, a bibliografia recomendada se volta para as técnicas de administração empresarial e para a gestão de projetos. Há, inclusive, a especialidade “elaboração de projetos de captação de recursos”.

trouxe alguns questionamentos que não podem ser desconsiderados, como a crítica sobre a funcionalidade do setor para a manutenção de um sistema excludente e discriminatório.

Algumas das críticas à atuação do Terceiro Setor começam por questionar a dificuldade de se dividir a sociedade entre três esferas de domínio que seriam<sup>10</sup>: o domínio do Estado, atravessado pelas políticas neoliberais; o domínio do Mercado, regido pela competitividade e a busca incessante do lucro; e o Terceiro Setor, meio que uma terra de ninguém, portador de uma lógica própria, independente do estado e do mercado.

Segundo Carlos Montañó<sup>11</sup>, deve-se buscar a função social e o papel do Terceiro Setor em uma sociedade no contexto amplo de seu desenvolvimento histórico, uma vez que, para o autor, “não existem três histórias, a história social é uma. Temos esferas diferentes que têm graus de autonomia e dinâmicas próprias, mas que só podem ser entendidas em sua articulação”. Essa setorialização possibilita, intencionalmente, a despolitização da esfera pública, pois separa os assuntos políticos e os coloca como esfera de atuação do estado, os assuntos econômicos como esfera de atuação do mercado e os assuntos sociais como exclusividade do Terceiro Setor. Ora, o próprio desenvolvimento do setor e das organizações não-governamentais e a dependência de financiamentos externos desmentem essa possibilidade de independência.

Resta então, colocar em questão o estado do desenvolvimento histórico da sociedade que permitiu, possibilitou e/ou incentivou o surgimento e a expansão do Terceiro Setor em sua atual configuração. Aqui, as responsabilidades recaem sobre as políticas neoliberais que, por meio da hegemonia do capital financeiro, recomendam a reestruturação e redução do papel dos estados nacionais e o avanço da lógica mercantil sobre todas as esferas da sociedade, além do já reconhecido recuo das instituições tradicionalmente identificadas com as demandas populares de toda ordem.

Em segundo lugar, essa divisão da sociedade, essa designação dos lugares apropriados para tratar das distintas questões - políticas, econômicas e sociais -, ao mesmo tempo em que gera a idéia de uma autonomia fictícia das esferas de ação, despolitiza o debate e propicia a fragmentação das lutas sociais. Despolizar o debate, para Montañó, significa tratar como uno aquilo que é fraturado. A sociedade não é homogênea e as

---

<sup>10</sup> Essas críticas estão contidas, de forma mais extensa e contundente, em James Petras e em Carlos Montañó.

<sup>11</sup> Montañó, Carlos. Políticas sociais estatais e terceiro setor: o projeto neoliberal para a atual resposta à questão social. p.160.

diferenças estão, quase sempre, relacionadas a desigualdades profundas originadas no âmbito da produção econômica e que as políticas públicas não conseguem equilibrar. Despolitizar significa esquecer que nas sociedades muitos interesses não são apenas diferentes, mas são conflitantes, são antagônicos, excludentes. Significa também simular: tomar uma coisa no lugar de outra e, nesse caso, a referência se faz à idéia de que a participação em alguma organização confere *status* de cidadania, de engajamento em uma vanguarda qualquer, o que é absolutamente inverídico.

Dessa perspectiva, a participação em qualquer ação de marketing social ou cultural de empresas *socialmente responsáveis* credenciaria, automaticamente, a conferir ao indivíduo o *status* de *cidadão politicamente engajado*. Para a crítica mais radical, seria conceber um Terceiro Setor composto por apenas organizações inofensivas do ponto de vista das políticas econômicas e hegemônicas, excluídos todos aqueles que travam uma luta mais radical, como o MST, por exemplo.

## **V – Novos atores em cena?**

Além dessas críticas aos fundamentos mesmos das ONGs (e do Terceiro Setor de forma geral) essa pesquisa identificou alguns problemas no que diz respeito à capacidade dessas novas ONGs de colocarem em destaque temas e situações de forma a efetivamente contribuir para a dinamização da esfera pública.

Levantamento realizado nos principais jornais de Goiás por um dos membros da equipe<sup>12</sup> revelou que ações dessas organizações habitualmente não mobilizam a imprensa e não geram um debate público mais amplo e relevante. É importante destacar que este fato decorre não apenas de deficiências decorrentes da atuação dessas organizações, mas também por um certo descompromisso da grande mídia com assuntos e posicionamentos que contrariam o pensamento hegemônico. De acordo com a pesquisadora, em vista das ações do MST, “a mídia perdeu uma grande oportunidade de discutir assunto tão relevante para o progresso do país como as políticas de reforma agrária. As ofensivas do MST

---

<sup>12</sup> Castro, Francila Calica A. Terceiro Setor: comunicação ou persuasão? Monografia de final de curso de jornalismo apresentada na Facomb/UFG. Dezembro de 2004. Nesse trabalho a autora pesquisou durante 7 meses os principais jornais em circulação no Estado: Tribuna do Planalto, O Popular e Diário da Manhã. p.19.

poderiam ter sido utilizadas como subsídio para que uma discussão mais ampla do assunto fosse estabelecida... o que não ocorreu na mídia goiana”. Em outro momento, a análise dos jornais locais informa que a busca pela notícia espetáculo beneficia preferencialmente as organizações com maior “capital midiático”, como a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), vinculada ao governo do estado, que é uma das que mais espaço possuem nos jornais e cujas ações têm maior visibilidade ou aquelas que promovem ações grandiosas, como as do *Greenpeace* e, mais recentemente em São Paulo, a famosa “*Parada Gay*” de São Paulo.

A mesma observação pode ser feita em relação ao procedimento dos grandes jornais<sup>13</sup> durante o Fórum Social Mundial realizado este ano em Porto Alegre. Foram raras as matérias que discutiram idéias, propostas. Os destaques, em grande parte, foram dados à presença de notáveis de origem nacional e internacional, aos números de participantes das “marchas”, aos estragos feitos no Parque Harmonia, ao “*ar de woodstock*” que se tentou passar para o público. Isso sem mencionar o relevo atribuído às críticas ao presidente Lula e ao PT, que ocuparam mais espaço do que as discussões do Fórum e as ironias destinadas a desqualificar os participantes<sup>14</sup>. Raras foram as matérias que abordaram as discussões sobre o problema racial no Brasil e no mundo, sobre as desigualdades, a miséria e à violência.

Esses exemplos de abordagem da imprensa são reveladores de como se difunde a dificuldade de se pensar soluções fora da razão do capital. As contradições por ele criadas seriam “acomodadas” de acordo com sua própria lógica e bem à sua maneira, o que reforça a tese da funcionalidade de um Terceiro Setor para a manutenção da ordem atual. As palavras da jornalista citada confirmam que o impacto das ONGs e dos fóruns acontece apenas sobre o comportamento e o discurso, e estão longe de exercer qualquer interferência no campo político e econômico. Do ponto de vista do capital, esse tipo de intervenção “pode”.

Depois dessas constatações, que de resto devem ser familiares aa maioria das organizações, cabe a elas decidir em que medida seria importante para suas causas adotar

---

<sup>13</sup> Levantamento realizado em quatro grandes jornais de circulação nacional - O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo e Jornal do Brasil no período de realização do FSM em 2005.

<sup>14</sup> Exemplo dessa desqualificação pode ser apreciado na matéria “Sul consagra o politicamente correto” da jornalista Flávia Marreiro para a Folha de S. Paulo: “Marxistas de carteirinha, anarquistas, terapeutas holísticos, ongueiros, hippies, insatisfeitos em geral, companheiros e companheiras: muito cuidado com o que falam, comem, vestem nesses dias de Porto Alegre, No reino da diversidade e da liberdade do FSM, a lista do que “não pode” pode ser extensa: o duro é saber onde o politicamente correto de um esbarra no politicamente correto do Outro...”.

ou não a mesma perspectiva e tratar de construir, para si mesmas, um “capital midiático” capaz de preencher os critérios de agendamento. Os pré-requisitos para entrar na agenda da grande mídia nem sempre são os atributos mais relevantes do ponto de vista do desenvolvimento humano, muito em razão do espaço público estar, atualmente, submetido à lógica do espetáculo e dos interesses econômicos.

Ainda que os tempos se mostrem adversos, tempos de individualismo e de competitividade, em que as propostas que contrariam os interesses do capital são apontadas e estigmatizadas como “utópicas”, ainda cabe refletir sobre a necessidade de articular interesses, identidades e sentimentos de pertencimento de forma a construir redes em que os diferentes possam se reconhecer. E que esse reconhecimento possibilite a construção de um “nós” cuja amplitude extrapole os limites dos interesses setorializados e que os atores “estabeleçam laços com outros em condições semelhantes”<sup>15</sup>. A possibilidade de que mudanças sociais efetivas aconteçam depende da capacidade de articulação desses diferentes universos de maneira que cada um assuma como suas as causas que, afinal de contas, são de todos nós.

Cabe a esses atores identificar e ocupar todos os espaços sociais necessários para colocar em circulação discursos e significados que contrariem a perspectiva de “fim da história” que tão bem alimenta o conformismo e a apatia. Há sinais no horizonte de que o novo está brotando em alguns lugares. Manifestações populares “inesperadas” no Brasil, França, Holanda, Bolívia são sinais de que há algo novo sob o Sol. Estejamos atentos.

### **Referências bibliográficas.**

BAUMAN, ZIGMUNT. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio: Jorge Zahar, 2003.

DAGNINO, EVELINA (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

CASTRO, FRANCILA CALICA AVELAR. *Terceiro Setor: comunicação ou persuasão?* Monografia de final de curso de graduação em jornalismo. Goiânia: Facomb/UFG, 2004.

GENRO, TARSO. *O novo espaço público: 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista*. Folha de São Paulo, Mais!, p.5-3, 9/6/1996.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. *Teorias dos movimentos sociais*. Petrópolis: vozes, 1998.

---

<sup>15</sup> Ver Melucci, Alberto. *A invenção do presente*. p.61.

- \_\_\_\_\_. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HABERMAS, JURGEN. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MANFROI, VÂNIA M. O Sujeito militante: desejos e projetos. in: Dulce Baptista e outros (org.) *Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. S. Paulo: Imaginário, 1977
- MANZINI-COVRE, M.L. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- MELUCCI, ALBERTO. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Rio: Paz e Terra, 2002.
- MONTAÑO, CARLOS. Políticas sociais estatais e terceiro setor: o projeto neoliberal para a atual resposta à questão social. In: FIGARO, ROSELI. *Gestão de comunicação: o no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo*. S. Paulo, Atlas, 2005.
- ORLANDI, ENIP. *A linguagem e seu funcionamento*. S. Paulo: Pontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. S. Paulo: Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*. S. Paulo :Pontes, 2001
- PÊCHEUX, MICHEL. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- PETRAS, JAMES. América Latina: a esquerda, passado e futuro. In: *Petras (org.) América Latina: história, idéias e revolução*.
- SOUSA SANTOS, BOAVENTURA. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. S. Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice*. S. Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.